

RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.736 - SP (2019/0209463-8)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

RECORRENTE : BANCO CETELEM S.A

ADVOGADOS : VANESSA NASR - SP173676

HELIO LAULETTA JUNIOR E OUTRO(S) - SP268493

ANDRIELY GONÇALVES MARCELINO - SP360522

RECORRIDO : MUNICIPIO DE BARUERI

**PROCURADOR : GORETE FERREIRA DE OLIVEIRA FELDMAN -
ES**

SP210403

TEÓFILO ARTUR TINEN RONDON - SP239945

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **BANCO CETELEM S.A.**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 166e):

Ação Ordinária Repetição de indébito ISSQN Reconhecimento de não incidência do ISS sobre as receitas de multa por atraso de pagamento, a qual foi considerada erroneamente na base de cálculo do ISS, no período de 10/11 a 06/13, com a devolução dos valores recolhidos de forma equivocada Laudo pericial levado a efeito Correção monetária e juros de mora - Observância dos índices da Tabela Prática do TJSP relativa às condenações da Fazenda Pública, com aplicação da Lei nº 11.960/2009, até 25 de março de 2015 e; b) a partir de 26 de março de 2015, devem ser observados os mesmos índices pelos quais a Fazenda Pública corrige os seus créditos tributários - No que concerne aos juros moratórios, o STF ao modular a ADI 4.357, reconheceu a inconstitucionalidade da vinculação dos juros aos índices da caderneta de poupança; não havendo, entretanto, modulação a respeito, deve ser calculado no mesmo percentual que a Fazenda Pública impõe enquanto credora, nos termos dos artigos 161, § 1º e 167, ambos do Código Tributário Nacional, observada, bem igualmente, a Súmula 188 do STJ Honorários advocatícios Pretensão a fixação nos moldes do artigo 85, § 3º, II do CPC Possibilidade Verba fixada em 8% sobre o valor da condenação Recurso da Municipalidade de Barueri improvido e, Provido o do Banco CETELEM S/A; bem como o reexame necessário.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 644/648e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, aponta-se, ofensa a dispositivos legais, alegando-se, em síntese, que incide correção monetária na repetição de indébito tributário a partir do pagamento indevido.

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O tribunal de origem manteve a sentença, a qual concluiu que a correção monetária deve ser contada a partir da data do laudo pericial (fl. 532e).

Entretanto, tal posicionamento é contrário à orientação deste Superior Tribunal.

Com efeito, nos termos da Súmula n. 162/STJ: “Na repetição de indébito tributário, a correção monetária incide a partir do pagamento indevido”.

Isto posto, com fundamento no art. 932, V, do Código de Processo Civil e art. 34, XVIII, *a* e *b*, do Regimento Interno desta Corte, **CONHEÇO E DOU**

Superior Tribunal de Justiça

PROVIMENTO ao Recurso Especial, para, reformando o acórdão recorrido, reconhecer a data do pagamento indevido como termo inicial da atualização monetária na repetição de indébito tributário.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora